

Oração de Sapiência sobre: A Hora da Lusofonia

António Almeida Santos
Ex-Presidente da Assembleia da República

1. O responsável pelo tema desta comunicação — “a hora da lusofonia” — não sou eu. É o Magnífico Reitor Fernando dos Santos Neves. Foi ele quem me destinou este “trabalho de casa”, aliás depois de ele próprio o ter invocado no Editorial do 2º Volume da Revista Res-Pública, editada por esta Universidade, o qual tive a honra de apresentar na Livraria da Assembleia da República.

Invoca a globalização e, embora em entrevista ao então doutorando José Pinto diga que “estamos ainda na pré-história dos tempos do Espaço Lusófono, entendido como espaço geopolítico e estratégico”, roda os ponteiros do relógio e decreta que a hora da lusofonia é já.

Comete-me assim uma tarefa de que não sairei com nota positiva.

Interpreto a “condenação” como simples cominação a que defenda, se disso for capaz, que a lusofonia saia enfim do limbo que a CPLP até hoje constituiu, tome consciência das potencialidades que inegavelmente tem, e da hora propícia que o Mundo atravessa, e converta este século, como noutro lugar deseja, no “século da lusofonia”. A hora é pois de começar!

Dirão os profetas da lentidão que já se começou. É verdade que sim. A CPLP foi constituída, e emitiu já alguns vagidos de recém-nascida... Mas, até hoje, a criancinha não deu sinais de robustez futura. Os seus progenitores não puseram nela o gene da ambição. Fica-se mesmo com a sensação de que, em vez de se empenharem em gerar um ser, se contentaram com fazer um número.

Já noutras oportunidades fundamentei este meu desencanto. Aceitei com realismo que a CPLP não nasceu nem podia ter nascido como pátria única, nem como super-estado único, dada a soberania dos Estados que a constituem, nem como um território único, dada a descontinuidade dos respectivos territórios. Aceitei, com resignação, que ela começasse por ser uma comunhão de língua, e por extensão de história e de cultura. Assim, pois, uma comunidade inter-estadual, mas não super-estadual. As coisas são o que são e não o que desejaríamos que fossem. A forma que assumiu, de um tratado internacional entre Estados, foi o resultado desse básico condicionalismo.

O que não aceitei, foi a inambição dos objectivos, das finalidades e dos instrumentos ao dispor do novo ser assim gerado.

No princípio esteve, uma vez mais, o verbo. Tal como no Génesis. Mas, desta vez, transubstanciado em coisa pouca. Em coisas tão vagas como “solidariedade e cooperação”. E em objectivos tão genéricos como a “conjugação de iniciativas com propósitos bem definidos para a promoção do desenvolvimento económico e social dos respectivos povos”. Treta típica de programa eleitoral!

Organicamente, o Estatuto da CPLP foi também pouco

ambicioso. Já noutra oportunidade exemplifiquei esta afirmação com o facto de, nem na sua negociação, nem na sua concretização, os Parlamentos dos países lusófonos terem sido ouvidos ou achados. Não ficaram sequer representados nos seus órgãos, ainda que a título meramente consultivo. E no entanto, é nos Parlamentos que está directa e democraticamente representado o universo dos que falam a língua portuguesa. A CPLP nasceu assim democraticamente desfalcada da representação da titularidade do seu básico pressuposto.

Podia ter-se tratado de um caso de inadvertência ou de esquecimento. Mas não. A advertência existiu e a questão foi suscitada e debatida, inclusive na modalidade da criação de um “Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa”, ideia que chegou a figurar em pelo menos alguns projectos de estatutos. Mas não fez vencimento. Não era ainda a hora de ser lúcido, ou tão só razoável.

Curiosamente, viria a ser rejeitada com base no argumento especioso da “enorme disparidade dos graus de amadurecimento das diferentes instituições parlamentares dos sete países... e no carácter incipiente, embrionário e extremamente débil dos parlamentos dos cinco países africanos”. Os proponentes chegaram, inclusive, a declarar que se dariam por minimamente satisfeitos com a menção da “eventual criação de um parlamento lusófono”. Mas nem isso. Não ocorreu aos conspícuos oponentes que mais díspares eram, à data, os níveis de difusão e domínio da própria língua portuguesa, e que esse facto não impediu que nela se fundasse a própria institucionalização da CPLP.

Teria sido mais do que justificado que, se se não queria criar um Parlamento Lusófono, por mais simbólico e embrionário que ele fosse, ao menos tivessem ficado a fazer parte de um dos seus órgãos dirigentes os Presidentes dos Parlamentos dos países da Comunidade acabada de criar. Mas também não!

Vim eu mais tarde, sendo Presidente da Assembleia da República, a propor aos meus homólogos a criação de um Fórum dos Presidentes dos Parlamentos dos Países da CPLP que veio a ser constituído e tem, desde então, reunido e funcionado regularmente nas capitais dos países membros. Apraz-me registar que os meus ilustres sucessores na presidência da Assembleia têm continuado a acarinhar esse meu filho bastardo, e a tentar legitimá-lo enquanto sucedâneo de um Parlamento da CPLP. Já, depois de mim, foi institucionalizada uma Associação dos Parlamentos da Lusofonia, em reunião que teve lugar na Cidade da Praia, em Cabo Verde. E é fundada a esperança de que, neste momento, possa estar a ser institucionalizado, em Luanda, o almejado Parlamento dos Países Lusófonos, com esta ou semelhante designação. A ideia vai fazendo o seu caminho. Se me disserem que é limitado o seu efeito prático, respondo que é mais do que justificativo o seu significado simbólico. O fermento da massa de que se faz o pão é

também diminuto e faz crescer o pão.

Foi também pena — para não dizer falta de visão — que o primeiro Presidente Executivo da CPLP não tenha sido o Embaixador José Aparecido de Oliveira, o ilustre diplomata brasileiro a quem se ficou a dever o impulso da criação do novo ser. Sacrificou-se assim a natural expansão desse impulso e da vontade forte que lhe esteve na origem.

2. Foi pois a língua portuguesa, falada pelos cidadãos de todos os países membros da CPLP, e respectivas diásporas, o princípio agregador da Comunidade. Complemento dessa comunhão de alma, uma comum vivência histórica, e uma resultante comunhão de cultura.

Com tudo isso em comum, é-nos proibida a indiferença. Misturámos os sangues, os afectos, e a espaços também o sofrimento. Com todos os acidentes de um longo percurso — a descoberta, a invasão, as guerras de pacificação, a escravatura, o trabalho forçado, as humilhações, as guerras de emancipação final — vivemos lado a lado, quantas vezes debaixo do mesmo tecto, ocasionalmente deitados no mesmo leito, fizemos filhos comuns. E, apesar de não termos feito muito por isso, aprendemos a comunicar na mesma língua, a qual veio, inclusive, a garantir, após a independência, a unidade dos novos países em que os territórios se transformaram, apesar do artificialismo das fronteiras e da diversidade das respectivas nações. Atingida a independência, a ONU e a OUA decretaram a indiscutibilidade das fronteiras coloniais que a Conferência de Berlim havia demarcado com base nos direitos coloniais adquiridos, apesar do fim do colonialismo.

Ocorre ainda o facto de a língua portuguesa não ser uma língua qualquer. Antes uma língua cultural e literariamente evoluída, com raízes na prodigiosa língua latina (que bem podia servir de base a uma outra comunidade, de que a União Latina podia ser o germe), hoje terceira entre as línguas europeias, sexta ou sétima entre as línguas de todo o Mundo, falada por mais de duzentos milhões de falantes, e uma das raras línguas faladas em todos os continentes. Mais: com fácil ponte de ligação às demais línguas latinas. Nenhuma destas línguas é, para quem fala português, um muro intransponível.

Assim, pois, uma das poucas línguas a que é reconhecido o atributo da universalidade. Essa característica é reforçada pelo facto de a língua portuguesa ser falada, não apenas no espaço dos países que a têm por língua oficial, mas na diáspora desses países. De forte emigração todos eles — sem excepção de Portugal e do Brasil — chegam alguns deles, como é o caso de Cabo Verde, a ter mais cidadãos fora do respectivo território do que dentro. Portugal, que só após Abril estancou de certo modo a hemorragia migratória, tem fora do território nacional um terço da sua população.

Acrescem os que, pagando tributo à aventura portuguesa pelas sete partidas, não são hoje cidadãos portugueses, mas ainda falam português, dialectos, ou crioulos que do português se autonomizaram. Existem hoje em todo o Mundo milhares de línguas. A previsão dos entendidos é a de que, neste século, desapareçam 90%, se não mais. Segundo o especialista Michael Krauss, apenas sobreviverão escassas centenas. Isso em resultado, fundamentalmente, das telecomunicações globais, das migrações e das viagens internacionais, do comércio internacional, da difusão das descobertas científicas, em especial da revolução informática e electrónica — com destaque para a Televisão e a Internet — enfim da emergência de uma cultura planetária. Entre as línguas mais difundidas, o inglês — língua da internet, dos computadores, e em geral das novas tecnologias — é já a primeira segunda língua universal. E a pressão civilizacional para o afrouxamento das identidades nacionais, grupais e até individuais, irá deixando, no teatro do Mundo, um cada vez mais restrito número de línguas planetárias. Entre elas, a língua portuguesa, que não corre o risco do deperecimento.

Acresce que a língua portuguesa é motivo de orgulho para quem a fala. Além de ser hoje uma das poucas classificada como universal, foi no passado, e continua a ser no presente, visitada pelo génio. Tem o seu próprio deus: Camões. E o seu “flos sanctorum” é tão vasto e tão rico que, aos devotos do seu culto, não falta a quem se encomendarem. Pois já consciencializámos o privilégio que é poder ler no original os versos de Camões, os sermões de Vieira, o teatro de Gil Vicente, os romances de Eça, as sátiras de Ramalho, a poesia de Pessoa ou os contos de Torga? Ou, percorrendo o espaço da CPLP, a prosa de Jorge Amado, de Mia Couto e de Pepetela, ou os versos de Carlos Drummond de Andrade e José Craveirinha?

Temos, inclusive, um Prémio Nobel, a suprema consagração.

Foi com a língua portuguesa que arredondámos o Mundo, devassámos as sete partidas, soprámos os mitos do desconhecido, sonhámos o sonho de um domínio universal que se saldou por um universalismo filosófico e linguístico, e um humanismo franciscano, essência da alma lusitana.

Mas atenção! Se a queremos viva e a queremos comum, temos de renunciar a veleidades de purismo fonético ou ortográfico, e pactuar com a sua flutuação sempre que um aparente prejuízo formal seja condição da sua vitalidade e da sua permanente intercomunicabilidade. Um dos mais criativos e originais escritores em língua portuguesa pôs o dedo na ferida quando disse que “o português se vai deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas... Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné Bissau, existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa”. Assim falou Mia Couto.

Já sou antigo o bastante para me lembrar de que, quando as

primeiras edições de Jorge Amado furaram a barreira da censura em Portugal, os puristas da língua portuguesa acharam de mau gosto o avontade quase libertino com que o genial escritor inventava vocábulos e corrompia as mais sagradas regras da concordância gramatical. Mas o leitor português viu nisso mais uma prova de vida da língua portuguesa, adoptou as novidades e divertiu-se com elas. Guimarães Rosa foi outro ariete contra o mito da perfeição linguística. Mia Couto e Pepetela são hoje, entre outros, já não aprendizes, mas feiticeiros desse revivificante feitiço.

Sonharam outros um universalismo pela violência e pela conquista: Roma, Alexandre, Napoleão, Hitler. Outros ainda pelo ecumenismo religioso. Outros, enfim, pela utopia da planetarização das ideias, dos valores e dos sentimentos: Sócrates, Cristo, Buda, Kant, Churchill, alguns mais.

Todos estes sonhos feneceram. E a utopia de um Mundo Só, territorial e politicamente unificado, viria a ser viabilizada — está-o sendo — pelo fenómeno da globalização científica, comunicacional e económica. Já ninguém admite que tenha recuo. São cada vez menos os que se lhe opõem, e cada vez menos eficazes os calços colocados nessa roda gigantesca e avassaladora.

3. Faço aqui um parêntesis para mais uma vez revelar que também eu, no passado, sonhei, infelizmente sem êxito, com uma Comunidade Política constituída por Portugal, o Brasil, e os nascituros países das então colónias portuguesas, no quadro de uma Federação, ou no mínimo de uma Confederação, que constituísse uma saída para o impasse colonial português.

Quando para mim ficou claro que a era colonial se aproximava do fim, com a Inglaterra e a França, principais potências colonizadoras, a aceitarem formulações políticas para a emancipação das suas colónias (a teimosia da França, quanto à Argélia, foi uma excepção militar e politicamente desastrosa); quando a Carta das Nações Unidas havia consagrado já o direito dos Povos não autónomos à autodeterminação e independência; quando a guerra havia sido ganha por dois colossos anti-colonialistas, os E.U.A. e a U.R.S.S.; quando a tão exaltada paz nos nossos territórios coloniais acabava de ser interrompida pelo início da resistência militar em Angola; quando, enfim, Salazar, que se recusava a abandonar a sua teimosia imobilista, e até a sair de casa, persistia na imposição, se necessário pela força, da ficta unidade do império, igual do Minho a Timor, permiti-me o são atrevimento de, num manifesto eleitoral dos candidatos oposicionistas dos “Democratas de Moçambique”, defender uma solução comunitária e federativa, ou confederativa, para o problema ultramarino.

É claro que o manifesto foi apreendido, a candidatura foi arbitrariamente anulada, e nós fomos rotulados de “traidores”.

O sonho federativo morreu.

Pouco depois, sendo já Ministro do Ultramar o Prof. Adriano Moreira, cometeu este o atrevimento de consultar várias entidades do regime sobre eventuais saídas políticas alternativas para o problema ultramarino. E sabem os senhores o que então propôs e defendeu o Prof. Marcelo Caetano, mais tarde Primeiro Ministro em substituição do próprio Salazar, e fiel continuador da sua política? Foi uma Federação de Estados, tal como eu havia proposto!

O Ministro levou os pareceres ao Conselho Ultramarino, que por larga maioria confirmou o "statu quo" colonial. Marcelo Caetano seguramente o não confirmou. Mas viria a confirmá-lo quando aceitou o cargo de Primeiro Ministro, coagido pelo Presidente da República a não abrir brechas na política colonial, sob a ameaça de intervenção do exército, se necessária para a manter. Cada um tem as curvaturas que o carácter lhe molda. Gorou-se assim também essa oportunidade de uma saída política a tempo, que teria evitado a guerra em três frentes, os milhares de mortos de ambos os lados, o isolamento internacional do nosso país, a sua condenação pela ONU, e o desfecho desastroso que tudo isso veio a ter, incluindo o seu reflexo na desastrosa descolonização que se seguiu.

Salvou-nos de que tudo se viesse a passar ainda pior do que se passou o 25 de Abril, e o facto de o regime político e económico em vigor na U.R.S.S. ter implodido, quando os novos países de expressão portuguesa, por uma questão de gratidão os ter ajudado militarmente, e formado ideologicamente, durante a sua luta pela emancipação dos respectivos territórios, haviam já assimilado o respectivo modelo político e económico. Não fora isso, e a nova orientação política e económica das nossas ex-colónias, agora ao modelo político, democrático e económico de mercado, e respectiva reaproximação ao nosso país, não teria sido possível.

Invoco tudo isto para ilustrar o sincero entusiasmo com que, décadas volvidas, vi renascer o projecto comunitário, ainda que de via reduzida, plasmado na CPLP. Nasceu mal? Sem dúvida! Nasceu frouxo? É também verdade. Mas nasceu. A esperança foi de novo possível. E, apesar de tudo, ainda é.

4. O que pretendo realçar é que, entretanto, se reuniu, e continua a reforçar-se, um conjunto de circunstâncias favoráveis à valorização e consolidação de projectos comunitários, e mesmo federalistas, no cenário de um processo de globalização acelerada.

Tive oportunidade de registar que a CPLP não é uma pátria única. Pois a globalização está-se revelando inimiga das pátrias. Registei também que não é um super-estado único. E acontece que a globalização está desvalorizando progressivamente os Estados herdados do século XVIII. Registei ainda que a CPLP não

é um território único. E não é que os territórios enfrentam a crescente banalização imposta pela mesmíssima globalização? A União Europeia, forma avançada de experiência comunitária, com forte componente federativa, já mesmo acabou com as fronteiras tradicionais internas, em consequência do princípio da livre circulação no respectivo espaço unificado. Apesar da natureza quase sagrada que a História lhes havia conferido, e em respeito da qual se travaram tantas guerras, e correu tanto sangue, nenhuma estrela no céu assinalou o facto e, no dia seguinte ao banimento delas, as crónicas não registaram nenhum sismo sociológico, político ou outro. A mesma normalidade do dia anterior. Conclusão: as fronteiras eram tão dispensáveis como os territórios murados, como os Estados e como as Pátrias se estão revelando. A Europa está demonstrando que é não apenas possível, mas obrigatório, existir e progredir sem nada disso.

Também já realcei que a globalização desgasta as identidades. A Babel das línguas é uma delas. Mas se há línguas de espectro circunscrito, ou mesmo localizado, não é esse, como vimos, o caso da língua portuguesa. Mais frágil será a comunhão da história e da cultura. Mas, quando a história tem a idade da nossa comunhão de destino com os nossos irmãos dos países de expressão portuguesa, e quando a fusão de culturas tem a dimensão e a consistência de uma tão longa convivência, e de um tão partilhado sofrimento, as forças desagregadoras da globalização, empenhadas em separar para reagregar depois, não enfrentam uma tarefa fácil, nem têm, assegurado, um êxito rápido e seguro.

Aparte o Brasil, que é só por si um continente (nunca me admirarei o bastante de termos conseguido salvaguardar a sua unidade!), os demais países da CPLP são de certo modo limitados e periféricos. Um Mundo globalizado, com órgãos planetários de decisão, no quadro de uma confederação, e depois federação igualmente planetárias, longe de substituir os actuais órgãos regionais e locais de decisão, precisará de reforçar os poderes destes órgãos. Sempre o distanciamento dos órgãos de decisão, relativamente aqueles aos quais as decisões se destinam — traduzido em dificuldades de acesso a esses órgãos, e em desconhecimento, por eles, das realidades regionais, municipais e locais — justificou medidas de descentralização e desconcentração política e administrativa. Se assim foi e é ao nível apesar de tudo limitado dos espaços nacionais, por reforçada razão assim há-de ser, e em certo sentido já é, no quadro de espaços mais alargados. Desde já o espaço da União Europeia. Amanhã o espaço do próprio planeta. Isto tem tanta lógica que sempre vi na experiência da União Europeia a primeira e mais avançada tentativa de controlar e disciplinar os efeitos da globalização, ao nível do respectivo continente. Essa experiência exigirá formas de organização e de definição de regras de disciplina da consequente comunhão, o mais das

vezes inspiradas na organização e nas regras típicas dos Estados Federados. Em certo sentido, a União Europeia é já um desses estados. Para reconhecermos esse facto basta encararmos a União Europeia como uma experiência nova, que repele os conceitos, os métodos e os valores do direito público e internacional anteriores a ela.

Este vício de raciocínio veio a tornar-se mais nítido a propósito das reacções ao texto da proposta Constituição Europeia. Não é constitucionalmente perfeita? Claro que não! Mas ajuizou-se sobre ela como se se tratasse da Constituição de qualquer Estado europeu. Esquecendo que o super estado que a União Europeia em certo sentido já é, foi sendo constituído à revelia das regras constitutivas e legitimantes dos Estados clássicos.

Tenho ido mais longe e reconhecido que, Constituição, a Europa já tem. É o conjunto das normas materialmente constitucionais dos seus tratados constitutivos. Só mesmo falta a sua reunião num texto único.

De tudo isso retiro eu o quê? Pois que as mesmíssimas razões que justificaram a legitimação de uma Europa unida — em resumo necessidades de defesa contra uma globalização inorganizada e sem regras — vêm justificando outras formas de associação regional que, tal como a Europa, nascem de espaços económicos unificados, a caminho de formas mais alargadas e gregárias de associação política. Dispensar-me de mencioná-las. São conhecidas. Mas mencionarei ainda assim, a NEPAD em que se associaram, para em conjunto se defenderem, os Estados do continente africano. A união faz a força. Antes do continente único planetário, multiplicam-se assim os expedientes de globalização regional, por associação de Estados, nem sempre abrangendo o espaço de todo um continente. Assim ao jeito de “ilhas” que vão unificando espaços continentais, até que todas se fundam num só continente planetário.

Porque penso eu isto? Por um raciocínio elementar, que me não canso de repetir. Este: a globalização não é, nem uma surpresa, nem um fenómeno historicamente situado. É um processo em perene movimento, cujos avanços sempre dependeram das inovações tecnológicas em geral, das comunicações e dos transportes em particular. A cada avanço (do pombo correio ao telégrafo e ao telemóvel, e do cavalo ao automóvel e ao avião supersónico) correspondeu sempre um alargamento do espaço das unidades políticas (da família ao clã, à tribo, à cidade, ao Estado, à Federação de Estados). Com surpresa a que não tínhamos direito, estamos a chegar ao terminal desse processo. Já se comunica sem limite de distância à velocidade da luz (e é sabido, desde Einstein, que não há nem pode haver velocidade maior) e já nos deslocamos a velocidades superiores à do som. O limite é só o de que não podemos chegar antes de partir. A nossa reprodução virtual, porém, já pode. Já podemos participar numa reunião do outro lado do Mundo sem

sair de casa.

De cada vez que as facilidades de comunicação e deslocação aumentaram, o planeta como que diminuiu. Ficou mais pequeno, mais devassado e mais único. Aproxima-se agora da dimensão da mítica — Aldeia Global.

Mas se nas comunicações não podemos ir além da velocidade da luz, continuaremos a deslocar-nos a velocidades cada vez mais estonteantes. E em muitos outros domínios, os milagres da ciência continuarão a surpreender-nos e a revolucionar as nossas vidas. A revolução informática e electrónica, a revolução biomolecular, e a revolução quântica, conjugadas, prometem novos e mais “surpreendentes milagres” que ultrapassam a nossa capacidade de imaginação. A revelação dos segredos do átomo; o desvendar da molécula da vida; e as constantes surpresas da computadorização e da robotização, levaram alguns dos mais brilhantes cientistas do Mundo a afirmar que, na última década do século passado, se gerou mais conhecimento científico do que em toda a história da Humanidade. A potência dos computadores — afirmam — aumenta para o dobro de 18 em 18 meses. A Internet está a duplicar todos os anos. A de banda larga muito mais do que isso. O número de sequências de ADN que podemos analisar, duplica de 2 em 2 anos. Visionam autómatos verdadeiros dotados de inteligência artificial superior à do ser humano e, à distância de algumas décadas, dotados de senso comum. Sensibilidade e senso comum. Têm por segura a miniaturização e a potenciação do computador de hoje e dos aparelhos electrónicos em geral até limites inimagináveis. Teoricamente, o tamanho da cabeça de um alfinete, se não de um átomo. A chamada “nanotecnologia” — é assim que chamam a esse processo de miniaturização — está aí, a reformar os míopes. No terminal destas vertigens, fica a “não matéria”, substituída pela pura energia. Será que entendemos ou estamos mal esclarecidos?

Será que é lícito o atrevimento de imaginarmos o ser humano coberto de computadores minúsculos e superpotentes — nos brincos, nos aros dos óculos, na gravata, nos botões do casaco, na fivela do cinto, nos “piercings” de que os jovens de hoje tanto gostam, cada um com a sua função, ou com específicas funções, aptos a obedecer às ordens vocais dos seus portadores? (A digitalização, é sabido, será em breve uma venerável antiguidade!)

E será heresia imaginar o policial de um possível “Big Brother” a ordenar ao primeiro botão do seu casaco que, num café, oiça e informe o que dizem supostos conspiradores, sentados na mesa do canto?

O caso é este: se os cientistas do presente têm a liberdade e a capacidade de inventar o inimaginável, porque não hei-de eu ter a liberdade e o atrevimento de imaginar o que me der na real gana?

Não insisto para não vos aterrorizar. Mas o livro de que

recolho estas espantosas previsões, cujo autor ouviu os cem melhores cientistas mundiais do presente, é de facto tão deslumbrante quanto aterrador. (in Michio Kaku, *Visões Como a ciência irá revolucionar o séc. XXI*).

Faz sentido continuarmos a reflectir nos moldes e à base dos conhecimentos anteriores a este sismo civilizacional?

Concluo este raciocínio apagando, com a borracha de previsões científicas e civilizacionais como estas, muitas das dúvidas e objecções deduzidas contra a viabilidade, a prazo, de comunidades como a CPLP. Se nada será como foi ou é; se tudo ou quase tudo é possível, abramos o espírito à possibilidade de comunidades baseadas numa língua comum, e numa comum vivência histórica, virem a revelar condições para resistirem com êxito ao embate das surpresas que o futuro nos reserva. O facto de nunca terem existido deixou de ser objecção.

5. Não é fácil visionar o ser humano que vai resultar deste sismo civilizacional. Ainda activo? Ou espectador passivo, preguiçoso e indiferente? Rodeado de automatismos que o dispensam de agir e pensar, e ainda assim pensante? Mergulhado em vertiginosas mutações que tornam inútil recordar, e a digitalizar memória artificial sem limite, ainda assim dotado de memória? Mergulhado num mar de prodígios electrónicos que batem em execução, e a prazo em inspiração, os melhores artistas, ainda assim sensível ao apelo da arte? Atascado no mercantilismo mais calculista e mais gélido, e no nihilismo ético mais espesso, ainda assim passível de amor e enternecimento? Tendo à mercê da sua vontade — e do seu dedo, ou da sua voz — o espectáculo de um novo big-bang, resistirá à tentação de provocá-lo? Ainda humano?

Esta é a visão pessimista e catastrófica. Mas há a outra. A de um Mundo cientificamente organizado, com robôs superinteligentes no governo do Mundo, enfim liberto dos erros e das tentações do ser humano, um Mundo de paz e de lazer, em que o homem novo, enfim cumprida a sentença bíblica de ter de ganhar o sustento com o suor do rosto, regressa ao paraíso de que foi expulso. Dirão com razão os optimistas encartados que, se o progresso científico tem ao seu alcance os prodígios que os mais abalizados cientistas apregoam, porque não esse? E, nesta linha de pensamento, porque não uma CPLP saída do limbo, e projectada no Mundo Global que se desenha como antídoto entre outros contra os efeitos receáveis do próprio fenómeno de globalização?

Talvez que os cidadãos que falam português, nos países de origem ou da diáspora, estejam condenados, a prazo, à desestatização, à desnacionalização, à desterritorialização, à desidentificação, à mundialização em suma. Talvez. Mas até tudo isso ter acontecido, se não depois, continuarão a falar a língua portuguesa e, creio nisso, a ler os escritores que a

cultivam. Esse elo de ligação e esse factor de identidade e de presa, promete uma perenidade que nenhum outro factor promete. E prometendo, deve ser preservado, defendido e cultivado com o empenho e o carinho com que se cultivam as plantas mais raras.

Na Babel dos interesses globais, em que a competição é já o novo “*deus ex machina*”, e ao forte é reconhecido o direito de esmagar o fraco, haverá uma comunidade geograficamente dispersa, mas linguística e animicamente unida, que lutará, coesa, pelos seus direitos, e assegurará, pela solidariedade e pela entreajuda, a continuidade do seu lugar ao sol do futuro. Se o “*ai dos vencidos*” da comisseração latina ameaça ter mais uso no futuro do que no passado, os fracos que se cuidem. Os fracos que se unam. E que explorem os factores de agregação de que dispõem. No que nos diz respeito, nenhuns vejo melhores, e com mais durável futuro, do que a língua portuguesa e a identidade europeia, enquanto durarem. E nenhuma língua mais resistente ao desgarre do que a nossa. Tem história. Tem poesia. Tem musicalidade. Tem alma. Teve, e tem — Camões “*dixit*” — o favor dos deuses.

É verdade que não tem, nem razoavelmente terá, a força das armas. Mas eu diria que ainda bem. Já que não podemos ter a força dos fortes, procuremos somar e consciencializar a força dos fracos. Fracos foram todos os grandes chefes religiosos e, a seu modo, conquistaram o Mundo. E eu não iria longe de pensar em que a força do explosivo número da arrasadora razão dos fracos, não apenas travará mas fará recuar, até vencê-la, a sobrançeria dos fortes. O rastilho está lançado. Falta só chegar-lhe a mecha. Alguém lha chegará. A globalização dos fracos é potencialmente invencível.

E não é que os fortes se empenham em ser cada vez em menor número para poderem ser cada vez mais fortes? É então certo que os deuses enlouquecem os que querem perder.

Temos pois o instrumento da língua e o estímulo da fraqueza. Teremos também a vontade de interajuda que o êxito da CPLP postula? Visiono essa interajuda em solidariedade em todos os domínios: em investimento recíproco e no reforço do conhecimento e do saber, traduzido numa aposta sem timidez na expansão das novas tecnologias. O pior já passou. Agora, é construir em conjunto.

Somos — é bom que tenhamos consciência disso — países com diverso grau de desenvolvimento. Portugal e o Brasil com nível médio de desenvolvimento, têm por isso uma particular responsabilidade em ajudar a desenvolver os mais novos países da comunidade, os quais, mesmo quando dotados de prodigiosas potencialidades, estão ainda abaixo desse nível. Essa ajuda reveste a natureza de um adiantamento por conta de resultados futuros.

Mas como os ajudaremos?

6. O problema já foi colocado, e discutido, em relação à África ex-portuguesa e em relação à África em geral. Constituída por novos países emergentes do fenómeno da descolonização, viram-se estes a braços com a necessidade de enfrentar desafios de autosuficiência sem terem sido preparados para isso. Alguma solidariedade foi possível. Mas, de um modo geral, até agora inútil, ou pouco menos. Inúteis as doações a fundo perdido. Inúteis, ou pouco bem sucedidos, os investimentos. Sem resultados espectaculares os perdões de dívida.

E então? Temos de compreender a África. E compreendê-la é consciencializar que ela foi vítima de três tentativas de assimilação frustradas, no cenário de uma nova “guerra dos 30 anos”, felizmente finda, e corre o risco de ter de enfrentar uma quarta.

Primeira assimilação frustrada: a da política colonial anterior às independências, dirigida a produzir pretos de alma branca. Os africanos eram estimulados, quando não obrigados, a assimilar os valores europeus, a apropriar a religião e a língua europeias. Ou tinham êxito, e usufruíam em teoria — só em teoria — a plenitude dos direitos dos cidadãos europeus, ou não tinham, e eram feridos por uma brutal “capitis-diminutio” traduzida numa tutela humilhante e uma quase total ausência de personalidade. O chamado Estatuto do Indigenato, que vigorou até que o Ministro Adriano Moreira higienicamente o revogou, constituiu a maior violência sobre a alma africana de que há memória. Em muitos casos terá doído mais do que as palmatoadas para compelir os trabalhadores a produzir algodão. Fui testemunha disso. Era frequente a condenação de africanos às penas do Código Penal português, que não conheciam, e cujas normas incorporavam valores diferentes, e às vezes antípodas, dos valores da sua civilização originária.

Rebelei-me contra essa violência. Mas só consegui ser eu próprio também criminalmente processado, e proibido, mesmo antes de acusado, de sair do país. Doeui.

Essa experiência falhou redondamente. Produziu, na fase terminal, escassíssimos milhares de assimilados. Esses e os que permaneceram fiéis às suas raízes, deram por si a meio da ponte, já sem serem o que teriam sido sem desenraizamento da sua civilização originária, e sem terem chegado a assumir os valores da civilização intrusa. Sem já serem o que teriam sido sem essa violência assimilatória, e sem terem chegado a atingir o que, apesar de tudo, tinha de positivo essa violência. Hoje, temos de reconhecer que se salvou a língua. O “transístor”, e mais recentemente a televisão, deram uma importantíssima ajuda.

Segunda assimilação frustrada: a que consistiu no facto de os novos poderes africanos emergentes da luta pela emancipação, após terem sido auxiliados, durante a mesma luta, pelos países da U.R.S.S., terem, como disse, optado pelo modelo político e económico vigente nesses países. Era, de

resto, um modelo com algumas afinidades com a cultura tradicional africana, de raiz comunitária, e tendencialmente totalitária.

Mas este modelo viria a implodir pouco tempo depois. A tentativa frustrou-se também.

Terceira assimilação: a da opção pelo modelo político-democrático e pelo sistema económico capitalista de mercado do Mundo Ocidental. Essa assimilação ainda decorre, com todas as dificuldades inerentes aos mergulhos no desconhecido. E é cedo para a podermos considerar frustrada. Mas corre, por igual, o risco de frustração no próximo futuro. Esta decorrente dos avanços do processo de globalização, que ameaça não deixar pedra sobre pedra dos modelos, dos sistemas e em geral das instituições do passado. Que futuro para o Estado-Nação do século XVIII? Sobreviverá o modelo democrático na sua configuração herdada? Ou temos à nossa espera outras formas de representação, se não de dispensa dela? A democracia electrónica recua ou avança? A emergente sociedade civil, nacional e universal, nas suas versões económica e civil, pactua com o poder político herdado, ou mata enfim a sua sede de substituí-lo? Resistirá o modelo capitalista e liberal de mercado, que tanto êxito está tendo na multiplicação dos pobres, ou tem, ele também, os dias contados? As certezas parecem apostadas em ceder o palco à dúvida universal.

Daí que talvez os novos países africanos devam queimar etapas, e dar desde já o salto para a quarta assimilação dos valores e dos procedimentos da sociedade do conhecimento, do saber e das novas tecnologias. A uma primeira aproximação, a ideia parece tola. Mas, pensando melhor, não é! São países jovens, com uma população jovem. E é sabido que os jovens têm uma predisposição natural para lidar com as ferramentas informáticas e electrónicas. Acresce que as instituições em fim de vida o sistema político, o sistema social e o modelo económico herdado que nos países europeus ganharam raízes seculares que acabarão por ter de ser cortadas com resistência e com dor, não tiveram ainda tempo de ganhar raízes nos novos países africanos. Estes poderão descartar-se delas praticamente sem dor. Última vantagem: as ferramentas do mundo a haver serão cada vez mais pequenas, mais baratas e mais facilmente manejáveis. A chamada nanotecnologia é hoje um “aquis” científico.

E assim, quando no futuro se quiser ajudar um país africano, proporcione-se-lhe tecnologia. Não é o ovo de Colombo. Mas é, seguramente, um acto de lucidez. Os órgãos de decisão da CPLP devem reflectir sobre isso.

7. Acresce um ponto: não há tempo a perder. É por isso que o Magnífico Reitor tem razão: é a hora da lusofonia. A hora de passar do projecto à edificação. E de edificar, com alto sentido de

modernidade, o mais depressa e rapidamente possível.

Este raciocínio não é válido só para os países africanos e em geral terceiro-mundistas. É válido também para Portugal e para o Brasil, que devem assumir idêntica opção e disponibilizar o impulso inicial necessário. Será que me iludo pensando que estão a seguir por aí?

Em Angola e Moçambique, a paz veio para ficar. A desculpa da guerra não mais é invocável. E o que se investir em países tão potencialmente ricos como Angola e Moçambique, e tão equilibrados e sábios como Cabo Verde, terá retorno. Portugal e o Brasil, para além da satisfação de estarem ajudando irmãos, e honrando a sua própria cultura e a sua própria história, estarão ajudando a si mesmos.

Não custa reconhecer que a fase da dita segunda assimilação não foi estimulante para quem a experimentou. Nem que a fase das guerras civis foi um rolo compressor de sonhos e projectos. Mas essas fases pertencem ao passado. E no presente dispomos de um motor até agora de baixa rotação: a CPLP. Há que acelerá-lo e consciencializar as potencialidades que tem.

É difícil recusar a mais ou menos curto prazo a criação de um centro mundial de decisão, que progressivamente confederalize e no terminal federalize os actuais Estados-Nação. Uma simples reforma da O.N.U. não chega. Do que precisamos é de outra O.N.U.. Disso se encarregará a galope o processo de globalização das informações, das comunicações, dos contactos, das trocas, das tecnologias — sobretudo das tecnologias — e mais lentamente das culturas e das identidades. Tudo o que hoje ainda é nacional, irá ficando inevitavelmente planetário.

A globalização não é intrinsecamente um mal. Foi sonho de todas as utopias. Mas, ao substituir violentamente os modelos, os sistemas, as organizações, as instituições, as práticas e os valores que a história consagrou, provocará sofrimento. Até que uma Nova Ordem Política, Económica, Social, Cultural e Ética se imponha, a vida humana será uma indecifrável incógnita e uma dolorosa provação.

É na previsão deste quadro que podem defender-se melhor as comunidades que têm, entre si, laços comuns menos fugazes do que as afinidades económicas, geográficas, religiosas ou baseadas em tratados militares, diplomáticos ou outros. É o caso dos laços traduzidos numa língua, numa afectividade, e numa memória comum.

Mas atenção! Seria errado e contraproducente voltar a descortinar no céu do futuro o mito do "Quinto Império" de Vieira e Pessoa. Os novos países que adoptaram o português como sua língua oficial, são hoje soberanos e iguais a Portugal e ao Brasil. Esquecer isto é dar razão ao grande Winston Churchill quando disse, ironizando, que a Grã-Bretanha e os E.U.A. eram dois países separados pela mesma língua. Assim porque começaram por se esquecer do que é fundamental que nos lembremos.